

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.705.303 - MS (2015/0105218-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : GLEYSON RAMOS ZORRON  
**RECORRENTE** : SEBASTIÃO PAULO JOSÉ MIRANDA  
**ADVOGADOS** : SEBASTIÃO PAULO JOSÉ MIRANDA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MS004265  
GLEYSON RAMOS ZORRON (EM CAUSA PRÓPRIA) - MS013183  
**RECORRIDO** : GLODIMAR PICCINIM  
**ADVOGADOS** : PEDRO RONNY ARGERIN E OUTRO(S) - MS004883  
RICARDO ALEXANDRE DE SOUZA JESUS - MS010071  
ED MAYLON RIBEIRO - MS016966  
**RECORRIDO** : JOSE BOARO BATISTELA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

## EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ADVOGADO. DIREITO AUTÔNOMO DE EXIGIR OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. NÃO PARTICIPAÇÃO EM TRANSAÇÃO OCORRIDA NA DEMANDA PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE DE SER PREJUDICADO O CAUSÍDICO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## DECISÃO

Da acurada análise do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso pode-se depreender que JOSÉ BOARO BATISTELA (JOSÉ) ajuizou execução por título extrajudicial contra GLODIMAR PICCINIM (GLODIMAR).

No curso da ação, foi firmado acordo entre as partes, o que foi informado ao Juízo monocrático por GLODIMAR.

O acordo foi firmado pela parte, sem a anuência do advogado, motivo pelo qual o Juiz de primeira instância determinou o prosseguimento do feito e intimou GLODIMAR para depositar o valor dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, no prazo de 10 dias.

Contra essa decisão, GLODIMAR interpôs agravo de instrumento sustentando que houve acordo entre as partes com a quitação do débito e que JOSÉ seria responsável pelo pagamento dos honorários advocatícios, nos termos da transação realizada.

O TJMS deu provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

# Superior Tribunal de Justiça

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO – ACORDO ENTRE AS PARTES – PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS – PREVISÃO NO ACORDO – DETERMINAÇÃO DE SEU CUMPRIMENTO – EXECUÇÃO EXTINTA – ACORDO HOMOLOGADO – RESPONSABILIDADE PELOS HONORÁRIOS POR PARTE DO AGRAVADO – RECURSO PROVIDO. Restou claro que a responsabilidade pelo pagamento das custas e honorários de advogado recaiu sobre o agravado. Não merece prosperar o argumento dos causídicos de que não estavam cientes do acordo porquanto ainda que não participassem das tratativas é certo que fora estipulado pagamento do débito referente aos honorários, ou seja, o trabalho realizado será remunerado. A execução somente poderia prosseguir em face do agravante caso não houvesse previsão de quitação no contrato (e-STJ, fl. 68).*

Os embargos de declaração ppostos por GLEYSON RAMOS ZORRON e outros (GLEYSON e outros), advogados contratados por JOSÉ para atuarem na execução por título extrajudicial, foram rejeitados (e-STJ, fls. 78/81).

Inconformados, GLEYSON e outros interpuseram recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a violação dos arts. 23 e 24, ambos da Lei nº 8.906/94; 299 do CC/02 e 652-A do CPC/73, alegando que (1) os honorários de sucumbência são devidos de forma autônoma, e que, por isso, *as partes não possuem legitimidade para acordar sobre o adimplemento desta verba, sem a anuência dos causídicos*. (2) Além disso, afirmaram que o acordo realizado *não tem o condão de adimplir os honorários de sucumbência de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, e, tampouco de alterar o devedor primitivo, de modo que a obrigação do Recorrido Glodimar Piccinim de pagar tal verba ainda persiste* (e-STJ, fls. 83/91).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 99/105 e 106).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do*

# Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça.

## (1) e (2) Do mérito

GLEYSON e outros sustentaram a violação dos arts. 23 e 24, ambos da Lei nº 8.906/94; 299 do CC/02 e 652-A do CPC/73, alegando que os honorários de sucumbência são devidos de forma autônoma, e que, por isso, *as partes não possuem legitimidade para acordar sobre o adimplemento desta verba, sem a anuência dos causídicos*. Além disso, afirmaram que o acordo realizado *não tem o condão de adimplir os honorários de sucumbência de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, e, tampouco de alterar o devedor primitivo, de modo que a obrigação do Recorrido Glodimar Piccinim de pagar tal verba ainda persiste*.

O TJMS consignou que, ainda que os advogados não tenham participado das tratativas de acordo, houve previsão de pagamento dos honorários advocatícios, sendo indevida a cobrança, confira-se:

*O contrato apresenta duas testemunhas e firma das partes regularmente reconhecida, de maneira que não apresenta qualquer vício.*

*Portanto, restou claro que a responsabilidade pelo pagamento das custas e honorários de advogado recaiu sobre José Boaro Batistela.*

*Não merece prosperar o argumento dos causídicos de que não estavam cientes do acordo porquanto ainda que não participassem das tratativas é certo que fora estipulado pagamento do débito referente aos honorários, ou seja, o trabalho realizado será remunerado.*

*A execução somente poderia prosseguir em face do agravante caso não houvesse previsão de quitação no contrato.*

*Assim, a decisão de primeiro grau merece reforma diante da expressa menção da responsabilidade pelo pagamento das custas e honorários dos advogados por José Boaro Batistela [...] (e-STJ, fl. 70).*

Contudo, nos termos da jurisprudência desta Corte, os 22, 23 e 24, §§ 1º e 4º, do Estatuto da Advocacia asseguram ao advogado o recebimento de honorários, sobre os quais possui direito autônomo de exigibilidade, podendo reclamá-los nos mesmos autos em que fixados e não podendo ser prejudicado por eventual transação realizada pelo cliente e a parte adversa, sem a sua anuência.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

APELAÇÃO. DESISTÊNCIA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO IMPUGNADA. TRANSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO POSTERIOR. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DOS ADVOGADOS CREDORES DA VERBA HONORÁRIA. HONORÁRIOS DEVIDOS. DECISÃO MANTIDA.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, a desistência do recurso provoca o trânsito em julgado da decisão por ele impugnada.

2. Celebrado acordo entre as partes, sem a participação do advogado, cabível a execução da verba honorária, não atingida pela transação. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento. .

(AgInt no REsp 1.375.645/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 17/9/2019, DJe 20/9/2019)

1. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR BANCO BRADESCO S.A.: ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

2. RECURSO ESPECIAL DOS ADVOGADOS EXEQUENTES: EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS EM EXECUÇÃO E EM EMBARGOS DO DEVEDOR. AFASTADA A OFENSA AO ART. 535 DO CPC DE 1973. ALTERAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM DO VALOR DA VERBA HONORÁRIA ARBITRADA NA EXECUÇÃO. INVIABILIDADE. JULGAMENTO DOS EMBARGOS DO DEVEDOR. DEFINITIVIDADE DA VERBA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 3. RECURSO ESPECIAL APRESENTADO POR BOTAFOGO FUTEBOL E REGATAS: PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE ALGUNS TEMAS LEVANTADOS NO ESPECIAL. SÚMULA 211/STJ. ADVOGADO. DIREITO AUTÔNOMO DE EXIGIR OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. NÃO PARTICIPAÇÃO EM TRANSAÇÃO OCORRIDA NA DEMANDA PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE DE SER PREJUDICADO O CAUSÍDICO. PROCURAÇÃO QUE LEGITIMAVA OS ADVOGADOS A EXECUTAREM AS VERBAS HONORÁRIAS. CESSÃO DE CRÉDITO POSTERIOR. MERA VALIDAÇÃO DA VONTADE DA SOCIEDADE. CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. OBSERVÂNCIA DA COISA JULGADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

2. A jurisprudência desta Corte tem proclamado o entendimento de que os honorários advocatícios fixados inicialmente na execução são provisórios, somente se tornando definitivos com o julgamento dos embargos do devedor, pois, neste momento, o julgador, aferindo a sucumbência final, pode promover as

# *Superior Tribunal de Justiça*

*adequações necessárias das verbas honorárias autônomas da execução e dos embargos, observando o limite percentual máximo estabelecido em lei.*

*3. Na hipótese em exame, no momento em que o Tribunal estadual alterou o valor dos honorários advocatícios fixados na execução não estava mais caracterizada a provisoriedade de tal verba, já que julgados os embargos do devedor, inclusive com trânsito em julgado.*

*4. Nos termos dos arts. 22, 23 e 24, §§ 1º e 4º, do Estatuto da Advocacia, a prestação de serviço profissional assegura ao advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil o recebimento de honorários, sobre os quais possui direito autônomo de exigibilidade, podendo reclamá-los nos mesmos autos em que fixados e não podendo ser prejudicado por eventual transação realizada pelo cliente e a parte adversa, sem a sua anuência.*

*5. Da forma como redigido o instrumento de mandato, tanto os advogados como a sociedade teriam legitimidade para executar os honorários advocatícios advindos da execução e dos embargos do devedor. A cessão de crédito, na realidade, apenas validou a vontade inequívoca da sociedade de transferir aos advogados que efetivamente laboraram no feito o direito à percepção integral dos honorários.*

*6. O art. 26 da Lei 8.906/1994 veda o advogado substabelecido com reserva de poderes executar os honorários advocatícios se não houver concordância expressa do advogado substabelecido. No caso, o recurso merece provimento nesta parte, a fim de que sejam os advogados exequentes intimados para promoverem a citação dos advogados substabelecidos, com o propósito de regularizar o vício.*

*7. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consagra orientação no sentido de que a definição da base de cálculo dos honorários advocatícios sujeita-se aos efeitos da coisa julgada.*

*8. Recurso especial de Banco Bradesco S.A. improvido. Recurso especial de Sérgio Soares Sobral Filho e José Augusto de Araújo Leal parcialmente provido. Recurso especial de Botafogo Futebol e Regatas parcialmente conhecido e parcialmente provido.*

*(REsp 1.613.672/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 14/2/2017, DJe 23/2/2017)*

No caso dos autos, a alteração quanto ao devedor para pagamento dos honorários não pode ser admitida sem a anuência do advogado do exequente.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para determinar o prosseguimento da execução quanto aos honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
Relator

